

**ETNOMAPEAMENTO E  
GESTÃO TERRITORIAL NAS  
TERRAS INDÍGENAS  
KAXINAWÁ: ESTRATÉGIAS  
DE USO, MANEJO E  
CONSERVAÇÃO DA CAÇA**

*ETHNOMAPPING AND  
TERRITORIAL MANAGEMENT IN  
KAXINAWÁ INDIGENOUS LANDS:  
STRATEGIES FOR THE USE,  
MANAGEMENT AND  
CONSERVATION OF HUNTING*

*ETNOMAPEO Y GESTIÓN  
TERRITORIAL EN LAS TIERRAS  
INDÍGENAS KAXINAWÁ:  
ESTRATEGIAS PARA EL USO,  
MANEJO Y CONSERVACIÓN DE  
LA CAZA*

Renato Antônio Gavazzi  
regazzi31@yahoo.com.br

**Resumo:**

O artigo apresenta uma experiência de etnomapeamento com o povo Huni Kuĩ, na Amazônia Ocidental, focada no mapeamento participativo de seus territórios. Realizado por meio de oficinas comunitárias, o processo contribuiu para a formação de agentes agroflorestais e fomentou a reflexão coletiva sobre o uso e conservação da caça, recurso essencial em declínio. Os mapas produzidos tornaram-se ferramentas estratégicas para a gestão territorial, identificação de áreas importantes e de conflitos, além de fortalecerem a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, em alinhamento com a política nacional voltada às terras indígenas.

**Palavras-chave:** Huni Kuĩ, etnomapeamento, caça, plano de gestão territorial e ambiental, agente agroflorestral indígena.

**Abstract:**

*The article presents an ethnomapping experience with the Huni Kuĩ people in Western Amazonia, focusing on community participation to map territories and natural resources essential for subsistence. The methodology involved workshops with the community and agroforestry agents, where participatory maps were produced to identify hunting areas, preservation zones, and territorial conflicts. This process contributed to the construction of a Territorial and Environmental Management Plan, aligned with the national policy for Indigenous lands. The conclusions highlight that ethnomapping not only strengthened territorial management and the autonomy of the Huni Kuĩ, but also contributed to sustainable hunting practices, wildlife regeneration, and local biodiversity preservation, ensuring the food security of the communities.*

**Keywords:** *Huni Kuĩ, ethnomapping, hunt, territorial and environmental management plan, indigenous agroforestry agent.*

**Resumen:**

*El artículo presenta una experiencia de etnomapeo con el pueblo Huni Kuĩ en la Amazonía Occidental, centrada en la participación comunitaria para mapear territorios y recursos naturales esenciales para la subsistencia. La metodología involucró talleres con la comunidad y agentes agroforestales, en los cuales se produjeron mapas participativos para identificar áreas de caza, zonas de conservación y conflictos territoriales. Este proceso contribuyó a la construcción de un Plan de Gestión Territorial y Ambiental, alineado con la política nacional para tierras indígenas. Las conclusiones destacan que el etnomapeo no solo fortaleció la gestión territorial y la autonomía de los Huni Kuĩ, sino que también contribuyó a prácticas de caza sostenible, regeneración de la fauna y preservación de la biodiversidad local, asegurando la seguridad alimentaria de las comunidades.*

**Palabras clave:** *Huni Kuĩ, etnomapeo, caza, plan de gestión territorial y ambiental, agente agroforestal indígena.*

## Introdução

As oficinas de etnomapeamento promovidas pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre) e pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) integraram o projeto “Conservação Transfronteiriça da Região da Serra do Divisor”. Essa iniciativa articulou um consórcio de organizações da sociedade civil do Brasil e do Peru, com o objetivo central de proteger os povos indígenas e conservar a biodiversidade na região do Alto Rio Juruá e da Serra do Divisor<sup>1</sup>. Participaram do projeto associações indígenas de oito Terras Indígenas<sup>2</sup> localizadas no vale do Alto Juruá, além da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ).

Este artigo apresenta um histórico etnográfico das concepções de espaço e das configurações territoriais produzidas por meio do mapeamento participativo realizado pelos povos indígenas ao longo de três anos de projeto (2004–2006). Durante esse período, cada Terra Indígena recebeu, anualmente, duas oficinas de etnomapeamento. Mesmo após o encerramento formal do projeto, a CPI/Acre continuou a desenvolver oficinas de etnomapeamento, cujos desdobramentos permanecem em curso.

---

<sup>1</sup>Foram realizadas 12 oficinas de etnomapeamento em oito Terras Indígenas situadas na fronteira entre o Acre (Brasil) e Ucayali (Peru)

<sup>2</sup> Diversas associações indígenas e agroextrativistas participaram, incluindo representantes dos povos Apiwtxa, Kaxinawá, Nukini e Puyanawa.

As oficinas voltadas à formação indígena para a gestão territorial constituem processos contínuos e dinâmicos, que ultrapassam a simples elaboração de mapas. Esses documentos cartográficos se desdobram em outras representações, com finalidades diversas e cada vez mais especializadas. Como destaca Bolaños (2023, p. 15), “[...] os mapas têm implicações profundas nas formas como a conservação natural é percebida e operacionalizada, pois a cartografia constitui uma ferramenta para a defesa dos territórios”.

As oficinas de etnomapeamento representaram um marco político relevante na região do Alto Juruá, ao contribuírem para a consolidação de uma política regional de gestão territorial e ambiental voltada aos povos indígenas. Essas atividades possibilitaram a construção de consensos entre diferentes comunidades indígenas acerca do uso e manejo de seus territórios, além de impulsionarem a elaboração e sistematização dos primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Brasil. Esses planos configuram instrumentos estratégicos para a efetivação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), sendo essenciais para a promoção da autonomia e da sustentabilidade das comunidades. Ao permitir o planejamento participativo e a gestão territorial fundamentada nos saberes tradicionais, tais ferramentas fortalecem a capacidade de autogestão e proteção dos territórios indígenas.

Este artigo focaliza as atividades de mapeamento da caça realizadas em três Terras Indígenas (TIs) do povo Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, situadas na

Amazônia Ocidental, na microrregião do Alto Juruá, município de Jordão, no sudoeste do estado do Acre. As TIs do Rio Jordão e Baixo Rio Jordão estão inseridas na bacia hidrográfica do rio Jordão, enquanto a TI Seringal Independência está localizada na bacia do rio Tarauacá. Juntas, essas três Terras Indígenas abrangem uma área total de 107.482 hectares, compreendendo cerca de 40 aldeias e uma população aproximada de 3.200 pessoas.

Esses territórios fazem fronteira com Unidades de Conservação de Uso Sustentável -especificamente, as Reservas Extrativistas do Alto Juruá e do Tarauacá, além das TIs Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e do Alto Tarauacá (destinadas à proteção de povos indígenas isolados). Uma porção do território também limita-se com propriedades particulares e, ao sul, com o território peruano.

Os Huni Kuĩ<sup>3</sup> (ou Kaxinawá) constituem o grupo indígena mais numeroso do estado do Acre, com cerca de 14 mil indivíduos distribuídos em 12 Terras Indígenas que abrigam, no total, 104 aldeias (CPI-Acre, 2020). No Peru, o grupo está presente nos rios Purus, Curanja e Embira, localizados no departamento de Ucayali, com uma população estimada em aproximadamente 2.500 pessoas.

Ao longo das últimas três décadas, as Terras Indígenas localizadas no Acre têm desenvolvido novos procedimentos voltados ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais. Considerando que a caça representa uma das principais fontes de proteína animal

---

<sup>3</sup> Os Kaxinawá se autodenominam Huni Kuĩ que significa gente verdadeira.

para os povos indígenas da região, esse recurso integra de forma central suas estratégias de sustentabilidade e projeção de futuro. Nesse contexto, o mapeamento da caça constituiu-se como uma ferramenta de reflexão crítica e coletiva, realizada em parceria com as comunidades indígenas, sobre a crescente pressão exercida sobre esse recurso. Tal processo de mapeamento contribuiu significativamente para a reavaliação e o planejamento de uma estratégia ampliada de gestão da caça, reconhecendo seu papel essencial na promoção da soberania e segurança alimentar das famílias indígenas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019) adverte que, caso a caça e a pesca silvestres não sejam mantidas em níveis sustentáveis, haverá um declínio nas populações de animais silvestres, o que poderá agravar a insegurança alimentar em comunidades rurais. Nesse contexto, os Agentes Agroflorestais Indígenas desempenham um papel estratégico enquanto gestores ambientais. Sua atuação é fundamental para fomentar, no interior das comunidades, processos reflexivos que articulem os saberes tradicionais ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, com vistas à melhoria da qualidade de vida nas florestas.

O manejo da caça configura-se como uma questão sensível, especialmente diante do fato de que algumas práticas atualmente adotadas por comunidades indígenas mostram-se incompatíveis com a capacidade de reprodução da fauna em seus territórios, muitos dos quais são cercados por áreas já significativamente degradadas. As atividades de caça e pesca, além de atenderem a necessidades

materiais, possuem profundo valor simbólico, sendo elementos constitutivos dos modos de vida e frequentemente associadas a celebrações e rituais tradicionais. Nesse contexto, debater a sustentabilidade dessas práticas representa um desafio para os Agentes Agroflorestais Indígenas, que precisam atuar com sensibilidade e habilidade diplomática. Cabe a esses agentes escutar lideranças, anciãos e demais membros das comunidades para, a partir do diálogo, propor alternativas viáveis e sustentáveis para o manejo da fauna (Vivan *et al.*, 2002, p. 33).

### **Metodologia do etnomapeamento: diálogos e práticas participativas na cartografia indígena**

Nas últimas quatro décadas, tem-se observado no Brasil uma crescente demanda por metodologias de mapeamento voltadas aos povos indígenas, tais como o etnomapeamento, o etnozoneamento e a cartografia social. Diversas experiências, tanto de caráter participativo quanto pedagógico, foram desenvolvidas nesse período, consolidando-se como importantes instrumentos políticos na luta pelos direitos territoriais. Tais iniciativas também contribuíram para o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, destacando sua relevância na construção de estratégias de gestão e proteção territorial (Almeida, 2012, p. 117; Resende e Gavazzi, 1992; Gavazzi, 2012a, 2012b, 2018; Gavazzi e Almeida, 2010, p. 223; Gavazzi e Resende, 1996; Gomide e Gavazzi, 2009, p. 12; Resende, 1994, p. 100).

A metodologia do etnomapeamento desenvolveu-se a partir dos diálogos estabelecidos entre professores e agentes agroflorestais

indígenas ao longo dos últimos 40 anos, por meio de cursos e oficinas promovidos pela Comissão Pró-Índígenas do Acre (CPI/Acre). Esse processo envolveu a elaboração curricular, especialmente nas disciplinas de Geografia e Cartografia Indígenas, resultando na produção de diversos mapas que visam influenciar a apropriação do espaço geográfico indígena. A prática do etnomapeamento ocorreu por meio de ações políticas e educativas, envolvendo um grande número de indígenas, com o propósito de sistematizar informações dispersas nas comunidades e contribuir para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Acre. O método utilizado combina mapeamento participativo e individual, concretizado por meio de mapas mentais e georreferenciados, que permitem debater os múltiplos aspectos do espaço geográfico indígena. Diferentemente de um simples desenho de rios, aldeias, trilhas ou recursos naturais, o mapa indígena é um corpo vivo, uma narrativa que pulsa com as histórias ancestrais, integrando seres humanos e não humanos em sua representação.

A metodologia do etnomapeamento permite aos povos indígenas conduzir discussões aprofundadas sobre aspectos territoriais, essenciais para a manutenção de sua cultura e visão de mundo, e que refletem estratégias coerentes nas relações entre o povo e seu espaço. A cartografia indígena, entendida como “forma de conhecimento local” (Harley, 2005, p. 211), possibilitou aos Huni Kuĩ não apenas uma abordagem tradicional baseada em cartas-imagem e mapas técnicos, mas também uma reflexão crítica sobre a governança territorial por meio das práticas cartográficas aplicadas à sua realidade. Os etnomapas, portanto, transcendem seu papel

como meras ferramentas técnicas e pedagógicas, assumindo também uma função política e de planejamento. Eles possibilitam uma análise crítica sobre o uso, manejo e conservação dos recursos naturais, assim como das complexas relações entre as Terras Indígenas e seus territórios vizinhos (entorno).

**Figura 1: Oficina de etnomapeamento realizada na aldeia Boa Vista na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão (Acre).**



Fonte. Gavazzi, 2005.

Durante as oficinas, foram elaborados coletivamente nove mapas temáticos, abrangendo hidrografia, vegetação, pesca, caça, fluxo de caça, áreas de uso, ocupação histórica, invasões e ampliação territorial. Esses mapas foram produzidos em escalas variadas<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> 1:50.000, 1:80 000, 1:60 000, 1:40 000, 1:37 000, 1:45 000.

utilizando bases hidrográficas georreferenciadas derivadas de imagens de satélite<sup>5</sup>. As atividades de etnomapeamento possibilitaram aos povos indígenas a representação detalhada de seus territórios, contribuindo significativamente para as discussões e reflexões acerca das estratégias de gestão territorial, nas quais os próprios indígenas atuam como agentes ativos e protagonistas.

A Cartografia Indígena surge como uma expressão coletiva de pertencimento, resistência e saber ancestral, configurando-se como um instrumento de descolonização do espaço - não apenas no papel, mas também no imaginário social. O mapa indígena transcende sua função técnica, representando uma forma de pensamento, um modo de estar no mundo e, sobretudo, um ato afirmativo. Conforme ressaltam os professores indígenas na cartilha de Geografia, “[...]com a terra demarcada, podemos pensar e saber que os grupos que moram aqui dentro nunca irão embora. Viveram, vivem e sempre vão viver com a floresta, com mapa, com papel, com registro, com tudo” (Resende e Gavazzi 1992, p. 17).

Nessa perspectiva, o território indígena não se reduz a um espaço físico, mas incorpora o tempo - o tempo das narrativas, dos ciclos agrícolas, da caça, da pesca e dos rituais. O território é, sobretudo, uma memória coletiva que se renova a cada geração. Assim, a geografia indígena não apenas descreve o mundo; ela o sustenta, cuida e transforma.

---

<sup>5</sup> Landsat ETM 5 - 2003 - Landsat ETM+ 7 - (2001-2002) Mosaico - Cbers (Ano 2005).

## **Etnomapeamento da caça: instrumento para a gestão territorial indígena**

A fauna silvestre constitui uma fonte essencial de proteína para os povos que vivem nas florestas tropicais, assumindo, portanto, uma importância cultural e histórica significativa para os Huni Kuĩ. A caça, juntamente com a pesca, a coleta de frutas, fungos e outros produtos naturais, além do cultivo em roçados, compõe o conjunto das principais atividades de subsistência dessa comunidade, sendo a caça o recurso de maior consumo entre os grupos familiares. A dieta alimentar dos Huni Kuĩ é caracterizada pela combinação da carne de caça com os legumes provenientes dos roçados de terra firme (*bai kuĩ*) e dos roçados de praia (*maxi bai*) (Aquino; Iglesias, 1994, p. 101).

A caça configura-se como uma verdadeira arte, envolvendo um conjunto de técnicas e saberes essenciais para que o caçador alcance a excelência em sua prática. No Acre, embora algumas etnias indígenas utilizem o arco e flecha, a espingarda é o instrumento predominante nas caçadas, complementada pelo uso de armadilhas e cães. Altamente valorizada, a caça é uma atividade exclusiva dos homens, podendo ser realizada de forma individual ou coletiva.

Durante as oficinas de etnomapeamento, os Huni Kuĩ debateram diversos aspectos relacionados à caça, destacando a transmissão intergeracional de conhecimentos, as técnicas empregadas, as crenças associadas, os trajetos percorridos, o manejo dos animais, as áreas de refúgio da fauna e os “donos” desses recursos. O aprendizado do caçador iniciante ocorre principalmente junto aos pais, abrangendo tanto o comportamento dos animais

quanto os segredos e técnicas específicas da atividade. Entre os Huni Kuĩ, a iniciação na caça ocorre precocemente, geralmente entre 9 e 12 anos, quando os jovens começam a realizar pequenas incursões de caça nas proximidades da aldeia. Um rito importante marca essa aprendizagem: ao abater sua primeira caça, o jovem não pode consumir a carne do animal, pois isso traria “panema” (caçador ou pescador infeliz, que não é afortunado; azarado); somente após a captura de um animal de maior porte, como anta, veado ou queixada, ele é reconhecido como caçador verdadeiro (Lagrou, 1991, p. 68).

Os caçadores Huni Kuĩ detêm um conhecimento profundo sobre o comportamento dos animais da floresta e aplicam estratégias variadas em suas práticas. Tornar-se um bom caçador requer também o uso de plantas e objetos que simbolizam sorte, além da observância de cuidados relacionados à dieta e aos resguardos vinculados ao consumo da carne. Conforme Kensinger (1975, *apud* Aquino; Iglesias, 1994, p. 117), para os Huni Kuĩ “[...] o essencial para se viver bem é dispor sempre de grandes quantidades de carne em suas refeições diárias”. O termo *pinsi*, que significa literalmente “fome de carne”, é usado para expressar essa necessidade; somente em situações de escassez na caça, recorre-se à carne proveniente da criação de porcos, galinhas, patos, ovelhas ou gado (Almeida *et al.*, 2002, p. 311).

Entretanto, observações recentes feitas pelos próprios Huni Kuĩ indicam um declínio de algumas espécies de caça em seus territórios, o que tem gerado significativa preocupação para a comunidade.

A disponibilidade de caça nas Terras Indígenas tem diminuído progressivamente, em grande parte devido ao aumento populacional, tanto de comunidades indígenas quanto de não indígenas residentes nos entornos desses territórios, o que acarreta uma intensificação no consumo dos recursos faunísticos. Segundo Constantino (*apud* Chaves *et al.*, 2018, p. 133), a elevada densidade populacional em determinadas aldeias exerce forte pressão sobre a fauna local, levando muitas espécies a se deslocarem para áreas mais afastadas. Além disso, práticas como o desmatamento, o uso inadequado de cães durante as caçadas e a ocorrência de queimadas agravam ainda mais a situação, contribuindo para o distanciamento e a diminuição da presença de animais silvestres nas proximidades das aldeias.

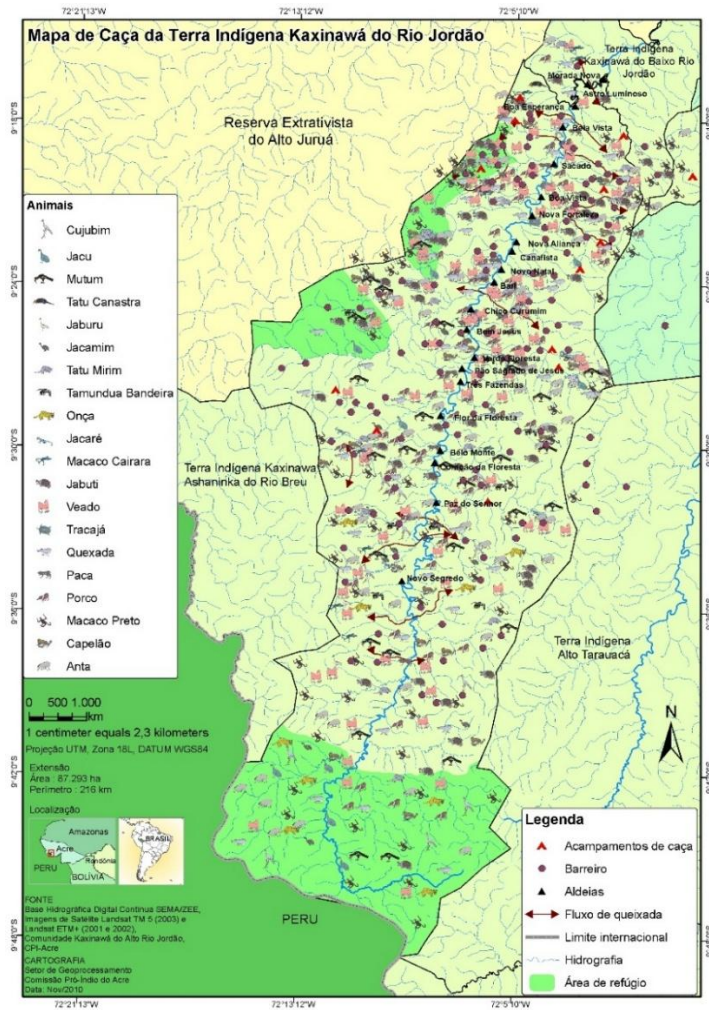
Antigamente, a caça não era escassa. Nós, como povo, sempre convivemos com abundância de animais. Mas, com o crescimento da população, essa realidade mudou - a caça está diminuindo. Os bichos estão ariscos, distantes. O som dos tiros e o cheiro da fumaça os afugentam. Além disso, quando caçamos em excesso, contribuímos para esse desaparecimento. Está cada vez mais difícil encontrar jabuti, anta... Eles agora só aparecem a duas ou três horas de caminhada da aldeia. Até o macaco está sumindo (Victor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

O mapeamento da caça constituiu uma estratégia adotada para promover, junto aos Huni Kuĩ, uma reflexão crítica sobre os padrões de uso, manejo e conservação das espécies faunísticas em seus territórios, com o intuito de formular estratégias que evitem, a longo prazo, a redução da diversidade biológica. Considerando a

importância da caça na dieta alimentar das comunidades, buscou-se problematizar a situação atual desse recurso nas três Terras Indígenas Kaxinawá. O principal objetivo do mapeamento foi construir uma percepção coletiva sobre a distribuição dos animais nesses territórios, identificando áreas de maior e menor ocorrência de caça, compreendendo os fatores que contribuem para sua escassez e, a partir disso, propor medidas de manejo e conservação sustentáveis.

O mapeamento da caça revelou uma distribuição heterogênea dos animais nas Terras Indígenas Huni Kuĩ, evidenciando áreas com maior abundância e outras marcadas por escassez. A dificuldade de acesso à caça não é uniforme em todo o território, concentrando-se especialmente nas proximidades das aldeias. Regiões mais afastadas, como os divisores e o alto rio Jordão, apresentam maior presença de fauna. Nessas áreas, onde as aldeias são mais distantes entre si como Belo Monte, Paz do Senhor, Novo Segredo e Três Fazendas, observou-se maior concentração de animais. Em contrapartida, no baixo rio Jordão, onde há uma maior densidade de aldeias próximas ao município, a escassez é mais acentuada.

Figura 2. Mapa de caça da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão



Fonte: Comissão Pró-Índigenas do Acre - 2005

Espécies de grande porte, como os primatas maiores e a anta (*Tapirus terrestris*), têm sido particularmente afetadas, tornando-se cada vez mais raras e difíceis de avistar. Para encontrar algum animal, os caçadores precisam caminhar entre uma e três horas pelas

trilhas na floresta. Durante as oficinas de etnomapeamento, também foi discutida a relação entre o tipo de ambiente e a fauna presente: “(...) cada lugar de terra diferente, baixa, alta, terra firme, tem os seus próprios animais de caça” (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Outra observação significativa feita pelos Huni Kuĩ refere-se ao repovoamento da fauna após a demarcação das terras. Segundo relatos, quando os *nawa* (não indígenas) deixaram a área, a caça gradualmente retornou, o que os indígenas atribuem ao modo distinto como realizam o uso e manejo dos recursos naturais em comparação aos *nawa*, com práticas mais sustentáveis e respeitosas à dinâmica ecológica da floresta.

(...) aqui todos os seringalistas e os seringueiros brancos que ocupavam a colocação todo mundo tinha cachorro. Eles caçavam com cachorro, invadiam e ficavam caçando as caças. Foi muito difícil para nós chegarmos aqui. Para ver um rastro de veado era preciso andar três, quatro horas de viagem, ia ver um rastro de veado no igarapé Veadão. Depois da saída dos brancos das nossas terras com a demarcação, a gente já vê ali pela varação, perto de casa o porco, a queixada já aparece próximo de casa. Aqui antes nem queixada não existia. Então, a gente está vendo as coisas diferenciadas. Também estamos querendo fazer esse etnomapeamento, fazer a documentação como vocês estão querendo fazer, uma documentação clara mesmo para todo mundo ver o que tem nesses mapas. (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

No processo de elaboração do mapa de caça, os Huni Kuĩ identificaram as espécies mais valorizadas para consumo,

priorizando aquelas consideradas essenciais para sua alimentação. Para fins de classificação, os animais foram agrupados em duas categorias principais: caças grandes (*yuinaká wapabú*), que incluem espécies como anta, queixada, porquinho-do-mato e veado; e caças pequenas (*yuinaká misten*), como paca, tatu, cotia, macaco, entre outras.

Observou-se que espécies como a anta, o macaco preto, o mutum e o jabuti são mais frequentemente encontradas na região do alto rio Jordão, onde a densidade populacional é menor e as pressões sobre a fauna são reduzidas. Já as chamadas embiras — as caças menores — são mais comumente localizadas no baixo rio Jordão e na região do Seringal Independência. Contudo, mesmo nessas áreas, a obtenção de caça exige longas caminhadas pelas trilhas (piques) da floresta.

Em contrapartida, a presença do tracajá tem se tornado rara em todo o território, sendo relatada sua escassez tanto nas cabeceiras quanto nas partes mais baixas do rio Jordão, o que evidencia uma redução preocupante na disponibilidade dessa espécie aquática.

(...) antigamente quando cheguei aqui em 1969, nunca vi tracajá de vantagem. Acho que nem existia, porque não se via. De lá para cá, depois que esses agentes agrofloretais começaram a trabalhar e conseguiram fazer a lei para o pessoal, está surgindo mais um pouco. Está subindo, aqui e acolá. Nós estamos vendo tracajá agora. Aqui antigamente não se via tracajá. Nunca vi um ninho de tracajá aqui dentro desse Jordão (...). (Genésio Kaxinawá, in: Gavazzi, 2005).

De acordo com as informações coletadas durante o etnomapeamento, muitas vezes os caçadores preferem caçar macaco preto em vez de anta, porque para rastejar a anta leva muito tempo. Às vezes a pessoa não quer “(...) matar a anta, porque para rastejar é muito difícil. O macaco preto ninguém rasteja, ele mata assim escondido. Mas a anta, ele vai só, passa de noite, difícil para rastejar. Por isso que ninguém não vai atrás para matar a anta” (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

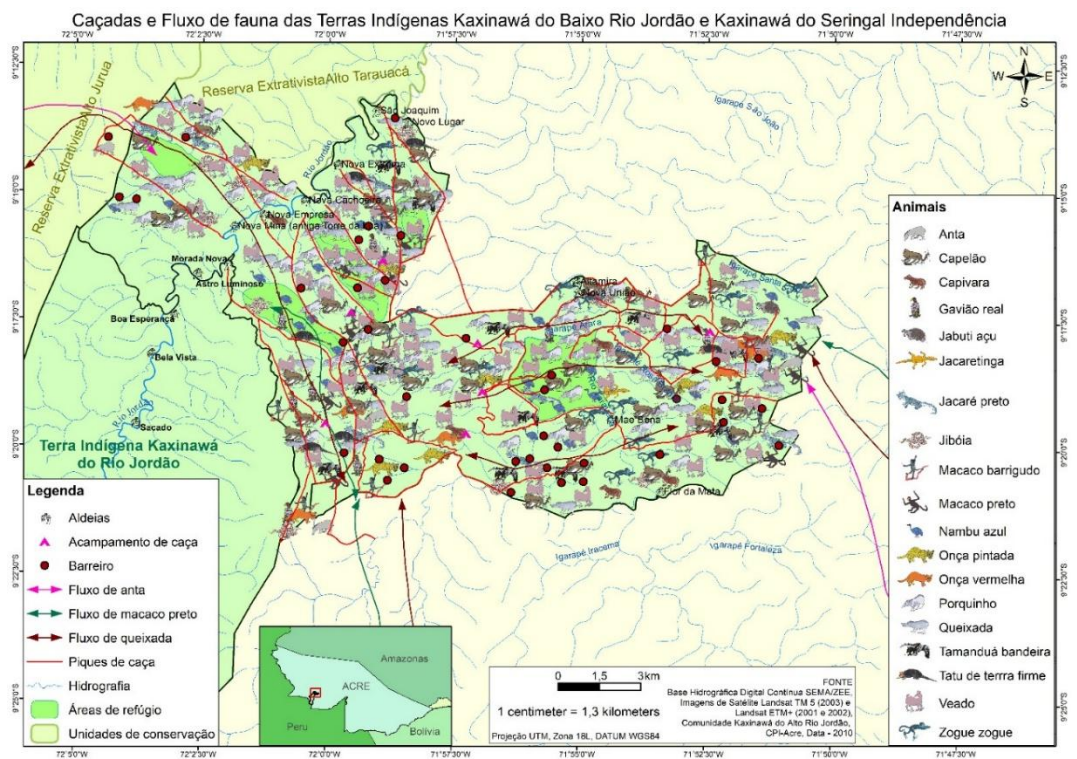
### **No tempo da borracha, só trabalhávamos na seringa**

Antes de conquistar a nossa terra, nós os Huni Kuĩ só trabalhávamos na seringa. Não existia uma organização, aldeia, ou função, não existia nada disso. Depois da conquista da Terra Indígena, os patrões se retiraram dos seringais e mudaram para o município de onde eles tinham vindo. Aquelas pessoas não eram daqui, tinham vindo de fora. Nessa luta que a gente conseguiu a terra por nós que fomos nascidos e criados aqui. Naquela época só existiam seis seringais e esses seringais depois da terra demarcada se transformaram em aldeias (AAFI Lucas Sales Kaxinawá, in: Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 59).

Durante o período em que os Huni Kuĩ estavam inseridos na atividade extrativista da borracha, viviam em colocações distribuídas ao longo da floresta, cada uma estruturada com um número determinado de estradas de seringa, nas quais se realizava a coleta do látex (Iglesias, 1998, p. 43; Almeida, 2012, p. 101). As moradias dos indígenas seringueiros localizavam-se no centro dessas áreas produtivas, mantendo-se afastadas umas das outras, já que

cada família necessitava de uma zona de extração própria ao redor de sua casa. Essa configuração espacial fazia com que as colocações ocupassem grandes extensões do território, promovendo um padrão de dispersão populacional.

**Figura 3. Mapa de caçadas e fluxo de fauna das Terras Indígenas Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência**



Fonte: Comissão Pró-Índigenas do Acre - 2005

Essa forma de ocupação impactava diretamente a fauna local: com todos os moradores caçando em áreas amplamente distribuídas, a presença de animais de caça tornou-se mais escassa. Como relatou Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005): “De primeiro, todos os parentes

estavam dentro da colocação, cortava seringa, e a caça afastou”. Além disso, a presença dos *nawa* dentro dos territórios, antes da demarcação oficial, também contribuiu para a pressão sobre os animais. Muitos desses moradores utilizavam cães de forma intensiva nas caçadas e desperdiçavam partes significativas dos animais abatidos, desrespeitando os princípios de aproveitamento integral e manejo respeitoso seguidos pelos Huni Kuĩ.

Já que não tem mais caças, nós temos que cuidar com o que os brancos deixaram, o resto e ainda estão querendo acabar. Foi o que os caçadores encontraram, os brancos mataram quatro queixadas e deixaram quatro cabeças, levaram só a carne. Índio quando mata, não deixa nada, só a merda da caça mesmo. A cabeça é a melhor comida. A gente cozinha de um dia para o outro, convida assim os povos e ficam todos na alegria comendo o cabeção. E os brancos matam e deixam aí para o urubu comer. (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Na primeira metade da década de 1990, com o colapso da economia da borracha, diversas famílias Huni Kuĩ que anteriormente residiam em colocações<sup>6</sup> localizadas no interior da floresta passaram a migrar para áreas situadas às margens dos rios, buscando melhores condições de vida e acesso a serviços básicos. Esse movimento marcou o ressurgimento das aldeias indígenas como forma predominante de organização territorial (Iglesias; Aquino, 2005, p. 77). Conforme relatado por Norberto Tene (In: Gavazzi,

---

<sup>6</sup> Em um seringal, a colocação de centro refere-se ao conjunto de casas e infraestrutura que servem como um local central para os seringueiros, onde eles vivem e trabalham.

2005): “Hoje em dia não tem mais seringal, hoje em dia está tendo comunidade que chama aldeia. Acabou-se os seringais. Na época do seringal era a borracha que estava valendo. Hoje em dia a borracha não está valendo nada”.

Essa transição espacial das colocações centrais para as margens fluviais - resultou na desocupação de extensas áreas da floresta, anteriormente utilizadas para extração do látex. Como consequência, observou-se um aumento na presença de animais silvestres nessas regiões, indicando um processo de regeneração ecológica em áreas antes intensamente exploradas.

Antigamente o seringal era tudo cheio de colocação, o seringueiro caçava com cachorro. O próprio índio caçava com cachorro. Agora daqui para frente está ficando melhor, porque não tem ninguém mais no centro e a caça está chegando mais para perto. É o que eu estou vendo (Genésio Kaxinawá, in: Gavazzi, 2005).

Como consequência da acentuada queda no preço da borracha nas últimas três décadas, houve uma mudança significativa na dinâmica de uso da terra entre os Huni Kuĩ. O abandono gradual das atividades extrativistas relacionadas à seringa levou as comunidades a reorientarem seus modos de subsistência, com maior ênfase na agricultura e na criação de animais domésticos (Iglesias; Aquino, 2005, p. 79; Gavazzi, 2012, p. 170). Essa transição marca uma reconfiguração importante nas práticas produtivas, influenciando diretamente a relação dos Huni Kuĩ com o território e seus recursos naturais.

## **Aspectos socioeconômicos da comercialização da caça na cidade do Jordão**

Outra questão discutida durante o etnomapeamento foi a comercialização da carne de caça entre os Huni Kuĩ. De acordo com os relatos, a venda é direcionada principalmente aos indígenas que vivem no município do Jordão, muitos deles aposentados ou servidores públicos. Os levantamentos indicaram que a quantidade comercializada é relativamente pequena e que a venda ocorre geralmente por insistência dos compradores. Conforme o agente de saúde Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), “(...) as pessoas perguntam se estamos levando carne. Aí respondemos que é só para o nosso rancho, por causa da viagem. Mas acabam insistindo para comprar, então vendemos uns 2 ou 3 quilos, não é muito.” O comércio ilegal de animais silvestres na cidade do Jordão está ligado sobretudo às tradições culturais e à escassez de alternativas econômicas na região. Além disso, a presença frequente da carne de caça em alguns restaurantes locais reflete a falta de fiscalização adequada.

Sobre vender a carne na cidade. Então, antes da gente trabalhar de agente agroflorestal sempre acontecia isso. Estão vendendo carne na cidade, estão comercializando. Agora depois que nós estamos trabalhando de agente agroflorestal, participando dos cursos, das reuniões, das assembleias, nós voltamos para nossas aldeias e passamos a comunicar. Hoje em dia pelo menos na minha aldeia não existe mais de vender carne de caça na cidade. (Abel Paulino, in: Gavazzi, 2005).

As discussões sobre o manejo e a conservação da caça nas Terras Indígenas foram fundamentais para a inclusão de acordos específicos de caça no plano de gestão. Durante sua elaboração, os participantes refletiram sobre estratégias mais eficazes para o manejo sustentável da caça, reforçando que “(...) quando a gente mata alguma caça, não é para vender, é para trabalhar, fazer roçado, derrubar, plantar; é para isso que a gente caça, para se alimentar, trabalhar, não é pra vender. Foi isso que decidimos junto com as nossas comunidades” (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005). Quando elaborado e implementado com ampla participação comunitária, o plano de gestão torna-se uma ferramenta política essencial para o planejamento, manejo e conservação da caça.

### **A utilização do cão nas práticas de caça**

A participação dos Agentes Agroflorestais foi fundamental para promover reflexões e discussões junto às comunidades sobre novas formas de uso, manejo e conservação da caça. Muitas comunidades têm adotado medidas para limitar o uso do cachorro “paulista” ou “americano”, que afugenta os animais para áreas cada vez mais distantes. O cachorro comum, conhecido como “pé duro” e sem raça definida, tem sido utilizado apenas nas proximidades dos rios, das casas e dos roçados, com o objetivo de proteger os cultivos de legumes contra prejuízos causados por animais como a cotia, a paca e o porquinho-do-mato. Segundo Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), os Huni Kuĩ estão aptos a caçar com o cachorro comum, que é usado para vigiar áreas próximas, especialmente na beira do rio: “(...) se as cutias invadirem as macaxeiras, o cachorro acompanha por perto, não muito longe. Para isso, é necessário andar com o cachorro

cerca de meia hora na margem do rio. Mas o uso do cachorro grande, mais potente, estamos evitando por aqui.”

Antes dos agentes agroflorestais começarem a trabalhar, nós desejávamos o cachorro grande dos *nawa*, o paulista que a gente chama. Esse costume não é nosso, esse costume é dos brancos que andam com cachorro paulista, que acua veado, porco. Para nós só existem uns cachorros comuns, pequenos. Depois que os AAFIs fizeram treinamento, repassaram essas informações para as comunidades, decidimos de deixar os cachorros paulistas. Deixamos de comprar nos municípios com os brancos que tem os paulistas. Agora estamos criando cachorro comum não para ensinar acuar o veado, o porco e caça grande. Nós temos que ensinar para acuar cutia que invade as macaxeiras, a paca de rabo e paca mesmo. (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

As espécies de caça mais comumente encontradas nas Terras Indígenas incluem o veado, o porco-do-mato, a queixada e a paca. Entre as aves mais caçadas estão o nambu galinha, o nambu azul, o jacu, o jacamim, o tucano, o papagaio e a arara. Por outro lado, o cujubim é uma ave rara na região, e poucas pessoas já tiveram a oportunidade de avistá-la dentro da Terra Indígena.

(...) eu vou continuar o mapa de caça. Quando eu cheguei na aldeia São Joaquim em 1996, época que a nossa terra não estava ainda demarcada, encontrei pouca caça na nossa Terra Indígena, porque as pessoas do entorno, os brancos, caçavam muito com cachorro, espantava veado, porco e cutia. Deixaram essa caça ir embora para outro lugar. Era muito difícil de matar caça perto da nossa aldeia. Era distância de duas horas. A gente

encontrava rastro de veado às vezes, rastro velho, não é rastro novo. Mas hoje em dia já está chegando à caça perto das aldeias, porque a gente já tem agente agroflorestal. A gente já está começando a manejar a nossa caça, ninguém não está caçando mais com cachorro, por isso que a caça está chegando. (...) Então, a gente está aqui no etnomapeamento discutimos, fizemos o nosso mapa de refúgio para onde chega mais caça, aonde nós não podemos mais caçar. Deixar a fartura lá. Aí que é o nosso mercado. Qualquer momento a gente pode planejar alguma festa tradicional, ou alguns encontros com os povos Huni Kuĩ para discutir a nossa organização, aí nós podemos ir caçar lá, matar algumas caças. Esse manejo que nós estamos deixando, que a gente já colocou a cabeceira desse igarapé chamamos de *Darme Puruya*. Aí vai ficar a área de refúgio para nós, para a comunidade da aldeia São Joaquim, onde pode ficar muitos veados, porquinhos, queixadas, macacos. Lá que é o nosso mercado. (Tadeu Mateus, in: Gavazzi, 2005).

### **Locais de caça: piques, barreiros e acampamentos**

No Mapa de Caça da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão foram identificados 38 piques de caça (trilhas abertas), sendo 20 localizados na margem esquerda e 18 na margem direita do rio Jordão. Conforme Aquino e Iglesias (1994, p. 105), “[...] cada caçador prefere caçar em seu pique habitual, raramente o abandona, exceto ao perseguir uma caça de grande porte. Para abrir os piques, é necessário um conhecimento profundo da floresta.” Foram também

mapeados 84 barreiros<sup>7</sup> — 42 em cada margem do rio — locais onde os animais se reúnem para se banhar na lama e lamber o barro salgado. Segundo relatos dos Huni Kuĩ, existem muito mais barreiros do que os apontados no mapa, mas foram registrados apenas os principais, frequentados pelas caças maiores. Além disso, alguns barreiros identificados ficam fora dos limites das Terras Indígenas, pois quando a caça está escassa dentro do território, os caçadores procuram em áreas externas.

Sobre os barreiros, não é todos os bichos que gostam de comer. Só veado, o porco, a anta e aparece alguns jabutis. Tem vários barreiros, não é só esses animais gostam. Tem vários barreiros que outras espécies gostam, como periquito, papagaio, arara, pombo, jacu, aracuã, guandu macaco também, capelão, tatu, paca, cutia (...) (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

Foram identificados 18 acampamentos de caça, divididos igualmente entre as duas margens do rio, com nove em cada lado. Esses acampamentos, também chamados de “caça de dormida”, são montados quando se persegue uma caça grande, situação que ocorre geralmente duas a três vezes por ano. Eles são utilizados quando membros da comunidade desejam atuar em conjunto, seja para abrir um roçado maior ou para realizar uma festa tradicional. Nesses casos, é combinado um dia específico para a caçada, e os caçadores permanecem acampados na floresta por períodos que variam de dois

---

<sup>7</sup>Os barreiros são áreas de solo argiloso, geralmente próximas a cursos d'água, que atraem animais em busca de minerais, como o sódio, para suprir carências nutricionais.

a quatro dias. Normalmente, grupos de três a quatro caçadores organizam-se para realizar essa atividade coletiva.

Marca o horário, marca qual o igarapé, qual o local, onde tem mais a caça. Aí combina dentro da aldeia, umas três, quatro pessoas. Vai no rumo da mata, no pico, vai indo caminhando, até chegar no local para escolher. Antes de sair da casa tem que planejar para combinar quantos dias vão demorar. A gente vai lá, faz o tapiri, se a gente mata a queixada, porco, anta, já está bom para se alimentar mesmo, a gente volta. Não é para gastar, não é para fazer muitas faturas, só para consumir. Gasta três, quatro dias caçando, depois a gente volta pra casa. Aí deixa uns tempos, porque quando a gente vai na mata fazer um tapiri, afasta um pouco a caça. Depois a gente deixa de ir, e aí volta novamente as caças. Vai se apodrecendo o tapiri até que ele mesmo cai. Depois vai passando uns tempos, se as pessoas pensam novamente, vão de novo para fazer um outro tapiri (Vitor Pereira, in: Gavazzi, 2005).

### **As áreas de refúgio para a conservação da caça**

Durante a oficina, os participantes debateram a importância de mapear as áreas de refúgio já existentes na Terra Indígena, além de planejar a criação e o mapeamento de novas áreas com essa finalidade. Essas áreas de refúgio funcionam como um recurso fundamental para o manejo e a conservação da caça. Segundo Gavazzi e Ramalho (2012, p. 73), “[...] essas áreas são locais destinados à preservação de animais, plantas, frutas nativas e remédios tradicionais, sendo essenciais para o repovoamento da caça

e da pesca, além de servirem como espaços para a realização de pesquisas”.

As áreas de refúgio foram identificadas nas cabeceiras do rio Jordão e do igarapé Paraná, bem como nos arredores de algumas aldeias. Também foram estabelecidas duas áreas na cabeceira do igarapé Jardim, próximas à Reserva Extrativista do Alto Juruá. Conforme relato dos indígenas, esses locais são distantes de habitações, o que reduz o risco de invasão por caçadores. Ficou ainda definido que áreas de refúgio seriam mantidas nas aldeias Bari e Sacado.

Além disso, foi acordado que pequenas áreas de refúgio seriam planejadas em cada aldeia, para que mulheres e crianças possam observar os animais próximos de suas casas. A definição dessas áreas será feita em reuniões comunitárias posteriores à oficina, em cada aldeia (Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 73).

Como explicou Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005), “(...) deixamos essas áreas de refúgio para que os animais possam se reproduzir e circular por toda a região, garantindo que a caça nunca acabe. Se não preservarmos esses locais, a caça ficará cada vez mais difícil e distante”.

### **Invasões em Terras Indígenas para apropriação ilegal da caça**

Um dos desafios enfrentados pelos indígenas é a invasão de caçadores em suas terras, que praticam o roubo de caça. No mapa, foram identificadas as áreas vulneráveis a essas invasões, sendo que,

entre as três Terras Indígenas analisadas, apenas duas sofrem esse problema: Baixo Rio Jordão e Seringal Independência.

No Baixo Rio Jordão, a invasão ocorre principalmente no lado direito do território, onde moradores não indígenas criam gado, realizam desmatamento da mata ciliar e praticam caça com cães dentro da Terra Indígena. Conforme relata Tadeu Mateus (In: Gavazzi, 2005), “(...) á tem uma parte só do lado direito, onde o povo branco está morando, criando gado, desmatando a mata ciliar e fazendo caça com cachorro dentro da nossa terra”.

Já na Terra Indígena Kaxinawá Seringal Independência, os caçadores entram nas proximidades do igarapé Arara, cruzam o igarapé, montam acampamentos e caçam com vantagem para obter carne, conforme descreve Genésio Kaxinawá (In: Gavazzi, 2005).

(...) essa invasão eu estou falando, aqui nesse lugar estão invadindo direto mesmo. Também eles encontram algumas queixadas, matam e deixam a cabeça e tira o couro. Você sabe as queixadas, onde deixam algumas coisas de queixada, alguns fatos ali se espanta muito. A gente tem que tomar uma providência, nossa terrinha é pequena, as deles são grandes, nós estamos vendo no mapa. (Rufino Sales, in: Gavazzi, 2005).

### **Os donos da caça e o manejo tradicional**

Para os Huni Kuĩ, o tamanduá-bandeira (*shê*) é um animal sagrado que não deve ser caçado, pois é considerado o “vigia” das caças. Quando o tamanduá-bandeira é morto, as presas tendem a se

dispersar e fugir para outras áreas. Para esse povo, há uma conexão orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse contexto, não existe uma divisão rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um contínuo que integra ambos os aspectos (Diegues *et al.*, 2000, p. 30).

O tamanduá bandeira é vigia das caças, mas quem coordena tudo é o *shumani*, ele manda vigiar. Balearam ele, chega o vigia doente. Já me balearam vamos embora. Então, mataram caça, mataram ele, não tem mais vigilância. É um tipo de fazendeiro, ele quem cuida da caça. Morreu não tem mais quem cuide da caça. A caça fica meio perdida e vai atrás de um lugar para onde existe outro tamanduá bandeira pra cuidar dela. Por isso que é proibido de matar bandeira. Tem que ter os dois. Você sabe que é que nem a parte da informação de estudo. É o mesmo estudo que a gente tem a natureza acompanha. É a mesma ciência dos estudos (Agostinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Segundo o professor Norberto Tene (In: Gavazzi, 2005), “(...) a onça-pintada é mais comum nas terras divisórias, nas margens que delimitam a Terra Indígena, onde sua presença é geralmente passageira”. Porém, nas regiões mais próximas ao rio Jordão, após as aldeias Belo Monte e Paz do Senhor, já é possível encontrar onças nas margens do rio. Embora os Huni Kuĩ não consumam a carne da onça, eles a matam por considerá-la um animal perigoso. Como explica Vitor Pereira (In: Gavazzi, 2005): “Às vezes, a onça aparece na mata. O caçador segue o rastro e, se a encontra, mata. Por isso que está ficando difícil de achar onça. Temos medo dela, então matamos logo para acabar com esse bicho feroz.”

A onça-pintada é também vista como um indicador biológico da qualidade ambiental. Para os Huni Kuĩ, a onça é um guardião das outras caças; onde há onças, há abundância de presas. Conforme o professor Anastácio Maia Bane (In: Gavazzi, 2005), “(...) onde tem caça, a onça está vigiando, ela também caça veados e porcos. Na minha aldeia, a onça está presente a cerca de duas horas de distância, sempre acompanhando a caça.”

Na cosmologia Huni Kuĩ, a noção de *yushibu* (espíritos “donos” dos animais) é ampla e difusa na Amazônia. O *shumani* - pai da mata, dono da caça e da floresta - é um ser sobrenatural que exerce influência direta sobre a caça: onde ele está presente, há grande abundância de animais. Quando a caça diminui em determinado lugar, isso indica que o *shumani* mudou-se para outro local, e os animais o acompanham para permanecerem perto dele. Para os Huni Kuĩ, a floresta não é apenas fonte de subsistência, mas um espaço de sociabilidade complexa, onde “[...] seres que só se distinguem dos humanos pela diversidade de suas formas e pela ausência de linguagem se seduzem mutuamente no cotidiano” (Descola, 1997, *apud* Diegues *et al.*, 2000, p. 30).

A diminuição da caça para os Huni Kuĩ não está ligada apenas ao aumento populacional, ao manejo predatório, às queimadas ou ao desmatamento. No âmbito cultural indígena, a escassez das presas também está relacionada à morte dos antigos pajés e à interrupção das cantigas - consideradas “rezas” para atrair os animais - como explica o pajé Agostinho, responsável por apontar que esses fatores culturais influenciam diretamente a redução das caças.

(...) nesse tempo ainda vivia o João Pereira e ainda vivia o velho Macário, ainda vivia uma porção de gente velha que tinha essa reza. Depois que esses velhos acabaram, que o rapaz morre, leva e enterra, não tem nada de reza de cultura, nem chama mais caça, nem peixe, ele foi fracassando, é por isso que nós estamos querendo resgatar a nossa cultura. Acabando todos as rezas, as culturas acabam todas. É por isso que estamos se transformando em pajé, para dar aulas para os jovens. Então, foi isso que eu comecei a conhecer a riqueza da caça e dos peixes que vive aqui (Augustinho Muru, in: Gavazzi, 2005).

Para Diegues (2000, p. 21), “[...] é fundamental compreender o sistema de representações de símbolos e mitos que as populações indígenas constroem, pois é por meio deles que atuam sobre o meio ambiente.” Para essas culturas, os animais vivem uma existência organizada, semelhante à dos seres humanos, sendo capazes de ouvir e se comunicar. Conforme relato do agente agroflorestal Francisco Roseno, o aumento da presença da caça dentro da Terra Indígena está ligado ao fato de que os animais “escutam” as discussões das pessoas sobre a necessidade de um manejo sustentável. Segundo os Huni Kuĩ, quando falam sobre o plano de gestão, as caças percebem suas preocupações e, por isso, aproximam-se das aldeias e dos portos.

(...) Eu acho que depois que começamos o plano de gestão sobre o tracajá pela minha pesquisa que sempre ando aqui até onde eu moro no Jordão, já vi o pessoal falarem em três aldeias. Eu vi abaixo da aldeia Fortaleza, um tracajá grande caindo na água. Então de primeiro eu não tinha visto, agora o tracajá já está chegando. Pela minha pesquisa, na hora que

eu trabalho como plano de gestão, os bichos sabem. Aquilo que nós estamos discutindo, eles estão ouvindo. Eles estão chegando. Aí eu senti: rapaz, o bicho sabe. Eles estão chegando perto da casa, aqui e acolá na nossa casa. Jacaré de primeiro tinha muito no porto. A maioria dos velhos falavam que tinha muito jacaré. Hoje em dia, até agora mesmo não tem. Estamos começando a trabalhar e os jacarés estão chegando perto do porto. Pela minha observação, onde a gente mora, lá na minha aldeia, quando eu comecei a trabalhar com o plano de manejo, chegou 4 jacarés no porto. Aí, todos nós falamos: rapaz, será que estão vindo porque nós estamos falando em manejar eles? Então hoje em dia eles estão chegando. (Francisco Roseno Txanu, in: Gavazzi, 2005).

### **A Caça no contexto do plano de gestão territorial e ambiental**

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é um documento importante que nós Huni Kuĩ construímos junto com as nossas lideranças e comunidades reunidas para a melhoria de nossas terras. Ele é um regimento do uso da Terra Indígena, é um instrumento essencial para ajudar no planejamento da gestão de nossa terra. Estamos tentando fazer aquilo que é possível, para trabalhar dentro da nossa terra de acordo com a vontade das comunidades, tendo como propósito o nosso próprio benefício (AAFI Josias Mana Kaxinawá, in: Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 54).

A sistematização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental surge a partir das atividades realizadas nas oficinas de etnomapeamento. Esse é um momento fundamental, no qual diversos membros das comunidades se reúnem para refletir e

debater seus objetivos, definindo estratégias para garantir o controle político e implementar o manejo ambiental em seus territórios. Os acordos estabelecidos no plano de gestão para regulamentar as práticas de caça buscam assegurar que essas atividades tenham um impacto moderado sobre a fauna local.

Nas oficinas de etnomapeamento, a cartografia indígena permeia todo o processo de criação, sistematização e implementação dos planos de gestão, com ambos os instrumentos funcionando de forma integrada e complementar. A elaboração do plano de gestão depende diretamente do mapeamento participativo da Terra Indígena; somente após as comunidades participarem da cartografia e refletirem coletivamente sobre seu território, inicia-se a construção e organização do plano de gestão (Gavazzi, 2020, p. 29).

As normas estabelecidas pelas comunidades para proteger e manejar a caça incluem a proibição da criação e uso de cachorros de raça (como os paulistas e americanos). É permitido, contudo, o uso de cachorros de pé duro (vira-latas e cães pequenos) para caçar nas proximidades das aldeias, perto do rio e nos roçados. A caça durante a dormida (em acampamentos) fica restrita a ocasiões especiais, como ajuntamentos, festas culturais, reuniões e outros eventos comunitários.

Além disso, os filhotes de caça não podem ser criados ou comercializados, e a caça de fêmeas com filhotes é proibida. A comunidade busca desenvolver experimentos que possibilitem a criação sustentável de animais silvestres nas aldeias. O artesanato

feito com penas é destinado exclusivamente ao uso interno da Terra Indígena, não sendo permitido vendê-lo.

A caça deve ser realizada somente para fins alimentares, e as crianças são orientadas a evitar o uso de baladeiras. Quanto à coleta de ovos de aves, ficou acordado que deve ser evitada especialmente para espécies raras nas aldeias. No caso dos ovos de jacaré e tracajá, a coleta deve reservar metade deles para garantir a reprodução desses animais.

### **Considerações finais**

Em diversos depoimentos coletados durante as atividades de mapeamento relacionadas à caça, os Huni Kuĩ relataram que, no passado, havia abundância de caça, marcando um período de fartura e riqueza alimentar. Atualmente, porém, devido a múltiplos fatores, a escassez de caça nas Terras Indígenas Kaxinawá, no município de Jordão, tem provocado uma redução significativa na produção de proteína animal, diretamente ligada à melhoria da alimentação e nutrição dos Huni Kuĩ.

Diante desse cenário, o conhecimento ecológico tradicional, incorporado aos mapas indígenas, orienta os esforços para promover a conservação da floresta, a segurança alimentar e a sustentabilidade ecológica. Um aspecto fundamental na formação dos agentes agroflorestais, visando à melhoria da alimentação e ao manejo da caça, é o desenvolvimento de novas práticas sustentáveis de criação de animais silvestres e domésticos. Exemplos dessas práticas incluem a quelonicultura (criação de tracajás e tartarugas),

a piscicultura focada em peixes regionais da Amazônia, a meliponicultura (criação de abelhas nativas), a avicultura (galinhas caipiras, perus, patos, entre outros) e a criação de outros animais de interesse das comunidades indígenas.

A experiência com o mapeamento demonstrou que, para utilizar a cartografia como ferramenta política na gestão das Terras Indígenas, é fundamental ampliar a participação para além dos agentes agroflorestais e professores, envolvendo outros membros das comunidades indígenas. Com esse objetivo, foram realizadas oficinas de etnomapeamento em oito Terras Indígenas, mobilizando amplamente a comunidade. Nesses encontros, os participantes pesquisaram, refletiram e debateram as dinâmicas territoriais, construindo coletivamente estratégias de proteção e manejo dos recursos naturais, tanto dentro de seus territórios quanto em áreas vizinhas.

Como resultado desse processo, todas as Terras Indígenas participantes elaboraram seus respectivos Planos de Gestão Territorial e Ambiental - instrumentos centrais para a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Esses planos são acordos coletivos que orientam o uso sustentável do território, respeitando as cosmovisões e práticas tradicionais dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, criando condições que garantam a reprodução física e cultural das comunidades.

Ao produzirem seus próprios mapas, as comunidades indígenas reafirmam sua presença ancestral e sua resistência diante dos processos de colonização e exploração externa. Esses mapas não são apenas representações espaciais, mas ferramentas de descolonização, por meio das quais as comunidades recontam suas histórias, reivindicam seus direitos e fortalecem o controle sobre seus territórios.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 121–152, 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n1p121.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; LIMA, Eliane Coffaci; AQUINO, Terri Vale; IGLESIAS, Marcelo Pietrafita. Caçar. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Org.). *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AQUINO, Terri; IGLESIAS, Marcelo Pietrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994.

BOLAÑOS, Marina Alonso. Etnografía y cartografía. In: BOLAÑOS, Marina Alonso; SCHMIDT, Eckart Boege (Coords.). *Las otras cartografías: etnografía de la experiencia indígena del espacio y el tiempo*. Ciudad de México: Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2023.

CHAVES, Willandia de Aquino; SILVA, Francislane Paulino Cabral da; CONSTANTINO, Pedro de Araujo Lima; BRAZIL, Marilene Vasconcelos da Silva; DRUMOND, Patrícia Maria. A caça e a conservação da fauna silvestre no Estado do Acre. In: *Número temático Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação e*

*manejo de espécies*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Biodiversidade Brasileira – BioBrasil, p. 130–148, 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE (CPI-ACRE). *Huni Kuĩ*. Rio Branco: Comissão Pró-Índigenas do Acre – CPI-Acre. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/huni-kui-Kaxinawá/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do Trópico Húmido – Conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP/UFPB, 1997. p. 243–261.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). *Indígenas restabelecem equilíbrio entre vida silvestre e segurança alimentar*. ONU News – Perspectiva Global: Reportagens Humanas, 2019. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693691>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (Org.); ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO, NUPAUB, Universidade de São Paulo, 2000.

GAVAZZI, Renato Antonio. *Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.

GAVAZZI, Renato Antonio. (Org.). *Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia – O mundo visto de cima*. Brasília: Programa de Gestão Territorial e Ambiental, Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, 2012b.

GAVAZZI, Renato Antonio. Indigenous cartography in: Acre – influencing public policy in Brazil. In: HALDER, Severin *et al.* (Org.). *This is not an atlas*. Düsseldorf, 2018. p. 110–115.

GAVAZZI, Renato Antonio. A experiência na elaboração dos planos de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Acre. In: GRUPIONI, Donisete Benzi (Org.). *Em busca do bem viver: experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2020. p. 13–31.

GAVAZZI, Renato Antonio; RAMALHO, Ana Luiza Melgaço. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental das três Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão*. Rio Branco: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC; Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC, 2013.

GAVAZZI, Renato Antonio; RESENDE, Márcia Spyer. *Atlas Geográfico Indígena do Acre*. Rio Branco: Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, 1992.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda; GAVAZZI, Renato Antonio. Arte em aquarela na formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. In: ALMEIDA, Maria Inês (Org.). *Tabebuia Ipê - Índios Pensamento Educação*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009. p. 56–61.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Pietrafita; AQUINO, Terri Valle de. *Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre*. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II, 2005.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Pietrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LAGROU, Elsje Maria. *Uma etnografia da cultura Kaxinawá: entre a cobra e o inca*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

RESENDE, Márcia Spyer. Um mapa do que pode ser a geografia nas escolas indígenas. *Em Aberto*, ano 14, n. 63, jul./set. 1994, p. 100–104.

RESENDE, Márcia Spyer; GAVAZZI, Renato Antonio. *Geografia Indígena*. Rio Branco: Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, 1992.

VIVAN, Jorge; MONTE, Nietta Lindenberg; GAVAZZI, Renato Antonio. *Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Projeto Demonstrativo PD/A; Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.

### **Entrevistas e depoimentos**

ANASTÁCIO, Maia Bane. A relação da onça com as caças. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

GENÉSIO, Kaxinawá. A situação da caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

RUFINO, Maia. O roubo de caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

TADEU, Mateus. Prática tradicional de manejo de caça e as invasões na terra indígena para o roubo da caça. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

AGOSTINHO, Muru. Prática de caça e sua relação com os Huni Kuĩ. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

ABEL, Paulino. Discussão sobre venda de carne silvestre na cidade do Jordão. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

NORBERTO, Tene. O fim dos seringais e lugares que a onça anda. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

FRANCISCO, Roseno Txanu. Os animais escutam as nossas vozes. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

VITOR, Pereira. A situação da caça na terra indígena. Entrevista concedida a GAVAZZI, Renato Antonio, maio de 2005, aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 04/08/2025